

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

OFICIAL DE JUSTIÇA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 06**.

Descobrimo nosso planeta: os mistérios do oceano

Há alguns dias, o mundo soube de uma nova montanha na Terra. Com 3109 metros de altura, ela é quase oito vezes mais alta que o icônico Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. Mas não é tão fácil de ser vista, por estar escondida no nosso oceano. Seu cume fica quase mil metros abaixo da superfície do mar, de modo que toda a montanha fique em escuridão absoluta, e, mesmo assim, ela abriga vida marinha abundante, que está intacta durante séculos. A descoberta ocorreu durante uma expedição para explorar as águas internacionais da Cordilheira de Nazca, uma cadeia montanhosa no Sudeste do Pacífico, usando tecnologias sofisticadas de mapeamento do fundo do mar a partir de um navio de pesquisa.

Explorar as profundezas marítimas é tarefa difícil, por ser um lugar inóspito para humanos – com altas pressões, um ambiente corrosivo de água salgada e sem luz. Não à toa, mais pessoas estiveram por mais tempo na superfície lunar iluminada pelo sol do que no ponto mais profundo do oceano do nosso planeta.

Há 170 anos acreditava-se que não havia vida na profundidade oceânica em razão da ausência de luz solar. Hoje, sabemos que não só existe vida, como essa vida marinha existe nos ambientes mais extremos. As fontes hidrotermais habitadas por organismos a mais de três quilômetros de profundidade, descobertas em 1977 por cientistas, hospedam vida que obtém energia a partir de reações químicas, em vez da luz solar. No ano passado, foi descoberto um novo ecossistema animal prosperando em cavidades abaixo dessas fontes. Com tanto para explorar, não nos espanta que tantas novas espécies marinhas sejam encontradas com frequência. Neste ano, apenas nas Cordilheiras de Salas y Gomez e Nazca foram descobertas cerca de 170 novas espécies. Cientistas seguem a procurar outras para serem somadas às cerca de 240 mil espécies marinhas já identificadas, entre 2,2 milhões estimadas pelo Censo Oceânico.

(Janaína Bumbeer e Jyotika Virmani.

Em: <https://www.estadao.com.br>, 16.09.2024. Adaptado)

01. O texto tem como objetivo

- (A) ratificar o consenso de 170 anos atrás de que não se desenvolve vida na profundidade oceânica em razão da ausência de luz solar, apesar de todos os recursos tecnológicos disponíveis hoje.
- (B) relativizar o impacto das recentes descobertas marinhas, porque elas são tratadas com base em comparações cujas medidas são as dimensões dos achados e não sua relevância social.
- (C) enfatizar a descoberta de uma montanha sob as águas do oceano, intacta durante anos, abrigando cerca de 2,2 milhões espécies marinhas, conforme estimativa do Censo Oceânico.
- (D) evidenciar descobertas nas profundezas do oceano, viáveis graças à utilização de recursos tecnológicos que têm permitido encontrar um expressivo número de novas espécies marinhas.
- (E) estabelecer um contraponto entre a vida marinha e a vida terrestre, sugerindo como plausível a ideia de que o esgotamento desta se contrapõe à riqueza de espécies daquela.

02. A relação de consequência e causa, nessa ordem, está presente entre as informações da seguinte passagem do texto:

- (A) Com 3.109 metros de altura, ela é quase oito vezes mais alta que o icônico Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro... (1º parágrafo)
- (B) Há 170 anos acreditava-se que não havia vida na profundidade oceânica em razão da ausência de luz solar. (3º parágrafo)
- (C) ... mais pessoas estiveram por mais tempo na superfície lunar iluminada pelo sol do que no ponto mais profundo do oceano... (2º parágrafo)
- (D) Seu cume fica quase mil metros abaixo da superfície do mar, de modo que toda a montanha fique em escuridão absoluta... (1º parágrafo)
- (E) Com tanto para explorar, não nos espanta que tantas novas espécies marinhas sejam encontradas com frequência. (3º parágrafo)

03. Considere as passagens:

- ... ela é quase oito vezes mais alta que o **icônico** Pão de Açúcar... (1º parágrafo)
- ... por ser um lugar **inóspito** para humanos... (2º parágrafo)
- ... foi descoberto um novo ecossistema animal **prosperando**... (3º parágrafo)

Os termos destacados são sinônimos de, respectivamente:

- (A) emblemático; estranho; ampliando-se.
- (B) expressivo; agressivo; harmonizando-se.
- (C) representativo; rude; desenvolvendo-se.
- (D) fulgurante; opulento; disseminando-se.
- (E) simbólico; ostensivo; erigindo-se.

04. O emprego de vírgulas em – A descoberta ocorreu durante uma expedição para explorar as águas internacionais da Cordilheira de Nazca, uma cadeia montanhosa no Sudeste do Pacífico, usando tecnologias sofisticadas de mapeamento do fundo do mar a partir de um navio de pesquisa. (1º parágrafo) – ocorre pelo mesmo motivo na passagem:

- (A) Com 3109 metros de altura, ela é quase oito vezes mais alta que o icônico Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. (1º parágrafo)
- (B) Seu cume fica quase mil metros abaixo da superfície do mar, de modo que toda a montanha fique em escuridão absoluta, e... (1º parágrafo)
- (C) Com tanto para explorar, não nos espanta que tantas novas espécies marinhas sejam encontradas com frequência. (3º parágrafo)
- (D) Não à toa, mais pessoas estiveram por mais tempo na superfície lunar iluminada pelo sol do que no ponto mais profundo do oceano do nosso planeta. (2º parágrafo)
- (E) As fontes hidrotermais habitadas por organismos a mais de três quilômetros de profundidade, descobertas em 1977 por cientistas, hospedam vida... (3º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que a flexão do termo destacado em negrito para o plural implica flexão do verbo sublinhado, de acordo com a norma-padrão.

- (A) ... hospedam **vida** que obtem energia a partir de reações químicas... (3º parágrafo)
- (B) ... toda a montanha fique em **escuridão** absoluta... (1º parágrafo)
- (C) A descoberta ocorreu durante uma **expedição** para explorar as águas... (1º parágrafo)
- (D) Há alguns dias, o mundo soube de uma nova **montanha** na Terra. (1º parágrafo)
- (E) ... acreditava-se que não havia **vida** na profundidade oceânica... (3º parágrafo)

06. Garantindo-se o sentido original e o atendimento à norma-padrão, assinale a alternativa em que a expressão destacada pode ser substituída por “devido à”.

- (A) Explorar as profundezas marítimas é tarefa difícil, **por** ser um lugar inóspito para humanos... (2º parágrafo)
- (B) Há 170 anos acreditava-se que não havia vida na profundidade oceânica **em razão da** ausência de luz solar. (3º parágrafo)
- (C) **Com** 3109 metros de altura, ela é quase oito vezes mais alta que o icônico Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. (1º parágrafo)
- (D) As fontes hidrotermais [...] hospedam vida que obtém energia **a partir de** reações químicas, em vez da luz solar. (3º parágrafo)
- (E) A descoberta ocorreu **durante** uma expedição para explorar as águas internacionais... (1º parágrafo)

Leia o excerto a seguir para responder às questões de números 07 a 12.

Os poetas cansam-nos a paciência a falarem do amor da mulher aos quinze anos, como paixão perigosa, única e inflexível. Alguns prosadores de romance dizem o mesmo. Enganam-se ambos. O amor dos quinze anos é uma brincadeira; é a última manifestação do amor às bonecas; é a tentativa da avezinha que ensaia o voo fora do ninho, sempre com os olhos fitos na ave-mãe, que a está da fronde próxima chamando: tanto sabe a primeira o que é amor intenso, como a segunda o que é voar para longe.

Teresa de Albuquerque devia ser, porventura, uma exceção no seu amor.

O magistrado e sua família eram odiosos ao pai de Teresa, por motivos de litígios, em que Domingos Botelho lhe deu sentença contra. Afora isso, ainda no ano anterior dois criados de Tadeu de Albuquerque tinham sido feridos na celebrada pancadaria da fonte. É, pois, evidente que o amor de Teresa, declinando de si o dever de obtemperar e sacrificar-se ao justo azedume do pai, era verdadeiro e forte.

E esse amor era singularmente discreto e cauteloso. Viram-se e falaram-se três meses, sem darem rebate à ziznhança, e nem sequer suspeitas às duas famílias. O destino que ambos se prometiam era o mais honesto: ele ia formar-se para poder sustentá-la, se não tivessem outros recursos; ela esperava que seu velho pai falecesse para, senhora sua, lhe dar, com o coração, o seu grande patrimônio. Espanta discrição tamanha na índole de Simão Botelho, e na presumível ignorância de Teresa em coisas materiais da vida, como são um patrimônio!

(Camilo Castelo Branco. *Amor de Perdição*, 1994. Adaptado)

07. No texto, há uma crítica estabelecida

- (A) à rispidez com que o pai de Teresa de Albuquerque conduz a educação da moça, exigindo-lhe recato e discrição nas relações sociais.
- (B) às jovens de quinze anos que se entregam a amores juvenis e se esquecem de manifestar seu último amor às brincadeiras pueris.
- (C) à família de Simão Botelho, pelos impedimentos à relação deste com Teresa Albuquerque e pelas agressões aos criados do pai dela.
- (D) à Teresa de Albuquerque, por sua leviandade e inconsequência, apesar da idade, em relação ao sentimento por Simão Botelho.
- (E) aos poetas e a alguns prosadores que consideram o amor de uma mulher de quinze anos como um sentimento intenso e arrebatador.

08. O narrador indica que o amor de Teresa e Simão enfrenta resistências familiares devido

- (A) ao desemprego do rapaz, que o limitava para o desejado matrimônio.
- (B) a uma desconfiança da moça, que não acreditava na promessa do rapaz.
- (C) a uma demanda judicial, em que o pai da moça se presumiu prejudicado.
- (D) à precocidade da jovem, que a fazia discreta e reclusa por seu amor.
- (E) a uns comentários da vizinhança, que corrompiam as relações dos jovens.

09. Considere as passagens:

- ... é a tentativa da avezinha que ensaia **o voo fora do ninho...** (1º parágrafo)
- ... sempre com **os olhos fitos na ave-mãe...** (1º parágrafo)
- ... sem darem rebate à vizinhança, e **nem sequer suspeitas** às duas famílias. (4º parágrafo)
- ... ela esperava que seu velho pai falecesse para, **senhora sua**, lhe dar, com o coração... (4º parágrafo)

As expressões destacadas associam-se, correta e respectivamente, aos sentidos de:

- (A) devaneio; autodeterminação; confiança; rebeldia.
- (B) empreendimento; desagrado; logro; libertação.
- (C) transformação; medo; desconfiança; submissão.
- (D) autonomia; segurança; insuspeição; independência.
- (E) desafio; companheirismo; agastamento; autonomia.

10. A reescrita da passagem – É, pois, evidente que o amor de Teresa, declinando de si o dever de obtemperar e sacrificar-se ao justo azedume do pai, era verdadeiro e forte. (3º parágrafo) – mantém o sentido original e atende à norma-padrão em:

- (A) É, além disso, evidente que o amor de Teresa, recusando de si o dever de humilhar-se e sacrificar-se ao justo azedume do pai, era verdadeiro e forte.
- (B) É, não obstante, evidente que o amor de Teresa, desviando de si o dever de exaltar e sacrificar-se ao justo azedume do pai, era verdadeiro e forte.
- (C) É, no entanto, evidente que o amor de Teresa, aproximando de si o dever de acolher e sacrificar-se ao justo azedume do pai, era verdadeiro e forte.
- (D) É, portanto, evidente que o amor de Teresa, afastando de si o dever de ponderar e sacrificar-se ao justo azedume do pai, era verdadeiro e forte.
- (E) É, por causa disso, evidente que o amor de Teresa, aumentando de si o dever de submeter-se e sacrificar-se ao justo azedume do pai, era verdadeiro e forte.

11. A frase está em conformidade com a norma-padrão de colocação pronominal em:

- (A) Teresa e Simão prometiam-se o mais honesto destino: formar-se-ia o rapaz para poder sustentá-la, desde que não fossem acessíveis outros recursos.
- (B) Os dois se amavam, e esse amor era singularmente discreto e cauteloso, pois tinham visto-se e tinham falado-se três meses sem darem rebate à vizinhança.
- (C) Tadeu não via-se como amigo de Domingos, pois este lhe dera uma sentença contra. Afora isso, dois de seus criados feriram-se na celebrada pancadaria da fonte.
- (D) Nos cansam a paciência os poetas e os prosadores que põem-se a falar do amor da mulher aos quinze anos, como paixão perigosa. Certamente enganam-se ambos.
- (E) Teresa de Albuquerque deveria-se sacrificar ao azedume do pai, enquanto ele não falecesse. Depois disso, pretendia casar-se com Simão e amá-lo com o coração.

12. Considere as passagens:

- Teresa de Albuquerque devia ser, **porventura**, uma exceção no seu amor. (2º parágrafo)
- Afora isso, **ainda** no ano anterior dois criados de Tadeu de Albuquerque tinham sido feridos... (3º parágrafo)
- E esse amor era **singularmente** discreto e cauteloso. (4º parágrafo)
- ... e nem **sequer** suspeitas às duas famílias. (4º parágrafo)

Os advérbios destacados expressam, correta e respectivamente, circunstâncias de:

- (A) afirmação, tempo, meio e tempo.
- (B) dúvida, inclusão, intensidade e negação.
- (C) dúvida, tempo, modo e negação.
- (D) afirmação, inclusão, modo e intensidade.
- (E) dúvida, intensidade, meio e tempo.

Leia o texto para responder às questões de números 13 a 16.

O verdadeiro sentido da vida

Na estúpida corrida para bater recordes de acumulação de riquezas, o verdadeiro sentido da vida tende a ficar para trás. Continua gozando de maior respeito um homem rico do que um sábio. O primeiro é mais visível, possui acessórios caros; impõe-se pela capacidade de comprar soluções; o segundo, por evitar comprá-las, pois não gera problemas. Um mede seu êxito pelo tamanho da inveja que suscita; o outro, pela arte de insuflar satisfação, pois ele compreendeu que não é feliz quem mais tem, mas quem mais se satisfaz com o que tem.

O novo milênio deverá promover o resgate da sabedoria entre os seres humanos e, portanto, a capacidade de viver de forma harmoniosa em relação tanto aos semelhantes quanto à natureza. Sinais dessa mudança se notam pela preocupação ainda tímida, mas já evidente, da “responsabilidade social”, algo humano e ambientalmente correto que começa a ser compreendido como fator fundamental e indissociável das atividades econômicas.

Embora o lucro continue a ser condição básica, pois sem ele nenhuma empresa consegue permanecer em atividade, surge com vigor nas grandes corporações, e até nas pequenas empresas, a necessidade da ação correta, aquela que distribui não apenas dividendos, mas ajudas ao desenvolvimento humano.

O desempenho de uma empresa passou a ser avaliado, com intensidade crescente nos meios mais atentos, por um conjunto de valores não apenas econômicos e não necessariamente materiais. Hoje, e ainda mais no futuro, a importância e as perspectivas de longevidade da empresa se atrelam ao respeito de interesses difusos e à superação de sofrimentos humanos.

Mais vale uma empresa com um lucro modesto, mas com papel definido de utilidade social, do que uma empresa com um monumental lucro sem méritos sociais. A primeira terá vida mais fácil que a outra, gozando de simpatia, de apoio, de gratidão – valores imateriais que conspiram hoje, e conspirarão ainda mais no futuro, para o sucesso.

Quem compreender isso é um afortunado que distribuirá meios para uma vida melhor.

(Vittorio Medioli. Em: <https://www.otempo.com.br/opiniao>, 28.09.2024. Adaptado)

13. Ao discutir o verdadeiro sentido da vida, o autor assevera que

- (A) a perspectiva de uma sociedade baseada na integração humana e alheia ao interesse financeiro, de modo que essa mudança social poderá estagnar economicamente empresas grandes e modestas, é uma nova realidade.
- (B) a preocupação com a abastança financeira, se ela não está atrelada a uma visão de responsabilidade social, que implica a relação harmoniosa do ser humano com seus semelhantes e com a natureza, é uma falta de inteligência.
- (C) a transformação da perspectiva social, uma vez que a superação de sofrimentos humanos está intimamente relacionada à questão financeira, o que requer empresas gerando mais lucros, é uma necessidade urgente.
- (D) a comparação de um homem rico a um sábio, esquecendo-se de que cada um tem uma função específica na vida social, já que a sociedade depende do dinheiro de um e da sabedoria de outro, é uma falta de bom senso.
- (E) a proposição de um modelo de avaliação de empresas com base em valores imateriais, eliminando os elementos ligados a uma visão econômica, que não colaboram com a superação dos problemas humanos, é um avanço social.

14. Há termo(s) empregado(s) em sentido figurado em:

- (A) Continua gozando de maior respeito um homem rico do que um sábio. (1º parágrafo)
- (B) ... ao respeito de interesses difusos e à superação de sofrimentos humanos. (4º parágrafo)
- (C) ... como fator fundamental e indissociável das atividades econômicas. (2º parágrafo)
- (D) ... pois sem ele nenhuma empresa consegue permanecer em atividade... (3º parágrafo)
- (E) ... que conspiram hoje, e conspirarão ainda mais no futuro, para o sucesso. (5º parágrafo)

15. Considere as passagens:

- O primeiro é mais visível, possui acessórios caros; impõe-se pela capacidade **de** comprar soluções; o segundo, **por** evitar comprá-las, pois não gera problemas. (1º parágrafo)
- Embora o lucro continue a ser condição básica, pois sem ele nenhuma empresa consegue permanecer **em** atividade, surge **com** vigor nas grandes corporações, e até nas pequenas empresas, a necessidade da ação correta... (3º parágrafo)

As preposições destacadas estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) conformidade; modo; causa; causa.
- (B) finalidade; causa; modo; modo.
- (C) causa; consequência; modo; causa.
- (D) conformidade; causa; causa; modo.
- (E) finalidade; consequência; modo; causa.

16. A regência nominal atende à norma-padrão em:

- (A) No modelo econômico contemporâneo, existe mais interesse com os recordes de acumulação de riquezas do que bem-estar.
- (B) É preferível uma empresa com um lucro modesto do que uma outra com lucro monumental, mas sem méritos sociais.
- (C) O homem sábio é zeloso à arte de insuflar satisfação, pois compreendeu que é mais feliz quem se satisfaz com o que tem.
- (D) Para desempenharem um papel definido de utilidade social, as empresas têm a incumbência de promover o bem-estar humano.
- (E) Já é perceptível de quem atua em uma empresa que as relações estabelecidas entre elas e seus funcionários vêm mudando.

Leia o texto para responder às questões de números 17 a 20.

Cuidado com o livro

Sabem do que tenho mais saudades? Do livro aberto. Sim, isso mesmo, tenho saudade de ver um livro escancarado na mão de um leitor. Já não me lembro da última vez que vi um livro a ser devorado em público. Ler em público, ou até carregar um livro debaixo do braço, passou à história, é hoje praticamente figura de museu, alimento da nostalgia de poetas, romancistas e cronistas, para se empanurrarem até arrotarem os seus desvarios e estórias, que por vaidade ou capricho masoquista se dão ao trabalho de publicar em livros, que ficarão para sempre calados.

Nutrimos pelos livros o mesmo que sentimos por certos cães: medo. As casas comerciais, cada vez mais escassas, que carregam na fachada a palavra “Livraria”, são encaradas com o mesmo respeitinho que nutrimos por aquelas habitações onde nos portões se lê “Cuidado com o cão”. As nossas bibliotecas estão para nós como os canis municipais: nunca pomos lá os pés. Ninguém quer ver, ninguém está para se comover com aquela quantidade de livros abandonados, engaiolados nas prateleiras numa agonia sem fim.

Quando kandengues*, nossos pais, para incutir sentido de responsabilidade, nos davam de presente livros, e com eles as mesmas recomendações que forneciam quando nos ofereciam o nosso primeiro cachorrinho: “Cuida bem dele, leva-o a passear, é o teu melhor amigo”. Nós, na emoção inicial, brincávamos com eles envoltos naquela alegria infantil.

*crianças

(Kalaf Epalanga. Minha pátria é a língua portuguesa [Crônicas], 2023. Adaptado)

17. Na crônica, o autor ressalta

- (A) um novo padrão de comportamento social, em que leitores raramente são vistos desfrutando da leitura, tanto em livrarias e bibliotecas quanto em outros locais públicos.
- (B) um perfil contemporâneo de sujeito leitor contumaz e emergente, que vem combatendo o abandono, cada vez mais precoce e generalizado, aos livros.
- (C) a transformação paulatina no perfil do sujeito leitor, que deixou de ler livros em público, para que deixem de ser comercializados para figurarem como peças de museu.
- (D) a mudança de paradigma na produção de livros, de modo a acompanhar a vaidade e o capricho de poetas, romancistas e cronistas de não produzirem em larga escala.
- (E) o medo que domina o sujeito leitor de perder espaços específicos de leitura, como livrarias e bibliotecas, já que lhes rende críticas ofensivas o hábito de ler em qualquer lugar público.

18. Considere as passagens:

- Já não me lembro da última vez que vi um livro a ser **devorado** em público. (1º parágrafo)
- ... é hoje praticamente **figura de museu**... (1º parágrafo)
- As casas comerciais, cada vez mais escassas, que carregam na fachada a palavra “Livraria” são encaradas com o mesmo **respeitinho** que nutrimos por aquelas habitações... (2º parágrafo)
- ... brincávamos com eles envoltos naquela alegria **infantil**. (1º parágrafo)

Em relação às expressões destacadas, é correto afirmar que exprimem, correta e respectivamente, ideias relacionadas aos sentidos de:

- (A) afronta; esquecimento; ojeriza; insensatez.
- (B) prudência; atração; devoção; juventude.
- (C) avidez; arcaísmo; desdém; puerilidade.
- (D) intensidade; desuso; carinho; ludicidade.
- (E) comedimento; antiguidade; intimidade; calma.

19. Se alguém _____ um leitor com um livro aberto, avise-me. Não posso me privar dessa cena. Porém, não convém que eu _____ na leitura, posso atrapalhar. Quero vida longa aos livros. Mas fato é que, quando nós crescemos, abandonamos todos eles com a sua prateleira num canto qualquer, até que _____ de velhice.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, com:

- (A) ver ... interviria ... morram
- (B) ver ... intervenho ... morrem
- (C) vê ... intervenha ... morrem
- (D) vir ... intervisse ... morrerão
- (E) vir ... intervenha ... morram

20. De acordo com o sentido original e a norma-padrão, as passagens destacadas nas frases – **Já não me lembro da última vez** que vi um livro a ser devorado em público. (1º parágrafo) – e – As nossas bibliotecas estão para nós como os canis municipais: **nunca pomos lá os pés**. (3º parágrafo) – admitem, respectivamente, as reescritas:

- (A) Já não lembra a última vez; nossos pés, nunca pomos-os lá.
- (B) Já não me lembra a última vez; nossos pés, nunca os pomos lá.
- (C) Já não lembro a última vez; nossos pés, nunca pomos eles lá.
- (D) Já não me lembra da última vez; nossos pés, nunca lhes pomos lá.
- (E) Já não lembro da última vez; nossos pés, nunca lhes pomos lá.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL

21. Considere que um indivíduo está sendo processado por um determinado crime. Lei posterior ao fato criminoso deixa de considerá-lo crime.

Para que a nova lei beneficie o acusado,

- (A) é necessário que ela entre em vigor antes do oferecimento da denúncia.
- (B) basta que ela entre em vigor a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da decisão condenatória.
- (C) é necessário que ela entre em vigor antes do recebimento da denúncia.
- (D) é necessário que ela entre em vigor antes de proferida a sentença de primeiro grau.
- (E) é necessário que ela entre em vigor antes do trânsito em julgado.

22. As regras gerais do Código Penal (CP), por expressa disposição legal,

- (A) não se aplicam aos fatos incriminados por outros diplomas legais.
- (B) admitirão interpretação analógica.
- (C) aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.
- (D) não podem ser aplicadas para fatos ocorridos fora do território nacional.
- (E) admitirão interpretação extensiva.

23. A ação penal privada é promovida mediante _____, de autoria do(a) _____.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) denúncia ... ofendido
- (B) denúncia ... Ministério Público
- (C) notícia-crime ... vítima
- (D) requisição ... Ministro da Justiça
- (E) queixa ... ofendido

- 24.** Imagine que determinado indivíduo fora vítima do crime de calúnia. O ofendido, contudo, decide fazer as pazes com o ofensor e até o convida para apadrinhar um filho seu. Depois da confraternização, todavia, ambos se desentendem por novo motivo – sem que nessa nova contenda haja fato que configure crime. Diante do cenário, o indivíduo que fora vítima da calúnia propõe ação penal privada contra o ofensor por aquele fato inicial. O ofensor prova ao juiz a relação de compadrio.
- Diante desse cenário, é correto afirmar que
- (A) houve renúncia tácita, e o direito de ação penal privada não pode ser exercido.
 - (B) a renúncia pode ser retratada no prazo do oferecimento da ação penal privada.
 - (C) o direito de ação privada é exclusivo do ofendido, não importando a relação de compadrio.
 - (D) apesar da relação de compadrio, a ausência de renúncia expressa não obsta o seguimento da ação.
 - (E) o perdão apenas terá reflexos patrimoniais, não afastando o direito de ação penal privada do ofendido.
- 25.** Determinado indivíduo, que tinha 20 anos na data do fato criminoso, é condenado à pena mínima por um crime que tem pena privativa de liberdade de 2 a 3 anos. Entre o fato e o recebimento da denúncia transcorreram 3 anos e um dia. Entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória transcorreram 2 anos e um dia. Houve trânsito em julgado.
- É correto afirmar que
- (A) ocorreu prescrição no interregno transcorrido entre o fato e o recebimento da denúncia.
 - (B) a idade do indivíduo não influencia no cálculo da prescrição.
 - (C) não ocorreu prescrição.
 - (D) ocorreu prescrição no interregno transcorrido entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença.
 - (E) ocorreu prescrição em ambos os interregnos.
- 26.** Figure homicídio culposo, no qual as consequências da infração atingem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- Trata-se de hipótese de
- (A) perdão judicial, diante da qual o juiz poderá deixar de aplicar a pena.
 - (B) atenuante, diante da qual a pena poderá ser reduzida de 1/6 a 2/3.
 - (C) atenuante, diante da qual o juiz poderá aplicar, somente, a pena de multa.
 - (D) causa de diminuição de pena, diante da qual a pena poderá ser reduzida de 1/6 a 2/3.
 - (E) causa de diminuição de pena, diante da qual o juiz poderá aplicar, somente, a pena de multa.
- 27.** Existe a possibilidade da aplicação de algum benefício legal na hipótese das lesões corporais serem recíprocas e não serem graves?
- (A) Sim, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção.
 - (B) Não.
 - (C) Sim, o juiz pode reduzir a pena de 1/6 a 1/3.
 - (D) Sim, mas apenas em caso de lesão culposa.
 - (E) Sim, o juiz pode substituir a pena de detenção pela de multa.
- 28.** Imagine que determinado indivíduo tenha sido condenado pelo crime de violação de domicílio.
- Considerando as elementares típicas do delito em questão, é possível afirmar que o fato
- (A) ocorreu em local ermo ou com emprego de arma.
 - (B) ocorreu em aposento ocupado de habitação coletiva.
 - (C) ocorreu no período noturno.
 - (D) fora praticado mediante violência ou grave ameaça.
 - (E) fora praticado por duas ou mais pessoas.
- 29.** É crime “usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia”. Imagine que Remo utilizou ilícitamente o documento de seu irmão, Rômulo. E que esse documento tenha sido prévia e conscientemente cedido pela mãe de ambos, Capitolina, sem ciência de Rômulo.
- Diante desse cenário, nos termos do artigo 308 do CP, é correto afirmar que
- (A) Remo e Capitolina cometeram crime contra a Administração Pública.
 - (B) Capitolina, Remo e Rômulo cometeram crime, mas Rômulo na modalidade culposa.
 - (C) apenas Remo e Capitolina cometeram crime.
 - (D) apenas Remo cometeu crime.
 - (E) apenas Remo e Capitolina cometeram crime, mas Capitolina é isenta de pena por expressa disposição legal.

30. São requisitos legais inafastáveis para a realização de acordo de não persecução penal:

- (A) insignificância do bem jurídico lesado no caso concreto e aquiescência da vítima.
- (B) reparação do dano e não ter gozado o agente, nos últimos 5 anos, do mesmo benefício.
- (C) infração penal sem violência ou grave ameaça e pena mínima inferior a 4 anos.
- (D) restituição da coisa à vítima e primariedade.
- (E) inexistência de infrações penais pretéritas, ainda que insignificantes, e confissão formal da prática da infração penal.

31. No caso de menor de 18 anos ofendido em crime que demanda ação penal privada e colidindo os interesses do menor com os de seu(s) representante(s) legal(is),

- (A) será nomeado curador especial pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- (B) será nomeado tutor *ad hoc* pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- (C) a ação penal será pública, condicionada à representação de qualquer parente do ofendido.
- (D) a ação penal será pública incondicionada.
- (E) ficam suspensos os prazos de decadência e prescrição, até que o ofendido complete 18 anos.

32. No que concerne à competência, será determinada, de regra, pelo local da infração. Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência se estabelecerá

- (A) pelo endereço da autoridade policial que registrou a ocorrência.
- (B) pelo domicílio da vítima.
- (C) pelo domicílio do acusado.
- (D) pela prevenção.
- (E) na capital do respectivo Estado.

33. É possível a determinação, de ofício, da produção de provas antecipadas pelo juiz antes do início da ação penal?

- (A) Não, por ausência de previsão legal e ofensa ao sistema inquisitório.
- (B) Sim, mas depende de prévia consulta e concordância do Ministério Público.
- (C) Não, por ausência de previsão legal.
- (D) Sim, mas depende da urgência e relevância da prova, bem como da necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- (E) Sim, mas depende de prévia ciência do acusado, a fim de garantir o contraditório.

34. Nos termos dos artigos 218 e 219, do Código de Processo Penal (CPP), a testemunha regularmente intimada que deixa de comparecer sem motivo justificado fica sujeita a

- (A) ser conduzida por oficial de justiça; aplicação de multa; eventual processo penal por crime de desobediência; condenação ao pagamento das custas da diligência, apenas.
- (B) eventual processo penal por crime de desobediência; condenação ao pagamento das custas da diligência, apenas.
- (C) aplicação de multa; eventual processo penal por crime de desobediência; condenação ao pagamento das custas da diligência, apenas.
- (D) condenação ao pagamento das custas da diligência, apenas.
- (E) que sua apresentação seja requisitada à autoridade policial; ser conduzida por oficial de justiça; aplicação de multa; eventual processo penal por crime de desobediência; condenação ao pagamento das custas da diligência.

35. De acordo com o artigo 284 do CPP, admite-se o emprego de força para a execução de prisão na(s) seguinte(s) hipótese(s):

- (A) resistência do preso, apenas.
- (B) resistência ou tentativa de fuga do preso, apenas.
- (C) desobediência ou desacato ou resistência ou tentativa de fuga do preso, apenas.
- (D) discrepância de força física entre o executor e o preso ou desobediência ou desacato ou resistência ou tentativa de fuga do preso.
- (E) desacato ou resistência ou tentativa de fuga do preso, apenas.

36. No que concerne ao serviço como juiz leigo (jurado) no Tribunal do Juri, a lei processual penal expressamente prevê:

- (A) o fato de o cidadão prestar efetivo serviço não faz presumir sua idoneidade moral.
- (B) o jurado convocado, mesmo que não compareça à sessão, não poderá ser descontado em vencimentos ou salário.
- (C) a dispensa do serviço deve ser motivada e é realizada pelo Diretor da respectiva serventia.
- (D) embora obrigatório, é possível a recusa ao serviço, fundada, por exemplo, em convicção política.
- (E) o jurado é livre para exercer suas convicções no julgamento e, portanto, fica isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

37. Determina ao oficial de justiça a lei processual penal que, no rito do Tribunal do Juri, a recolha das cédulas dos votos dos jurados seja feita em duas urnas: uma para os votos efetivos e uma outra para os descartes.

De acordo com o texto legal, qual a justificativa de tal determinação?

- (A) Evitar contradição nas respostas.
- (B) Evitar confusão na quesitação.
- (C) Garantir a incomunicabilidade dos jurados.
- (D) Evitar intervenções inconvenientes.
- (E) Assegurar o sigilo do voto.

38. “As infrações penais de menor potencial ofensivo quando, por motivo de conexão ou continência, forem julgadas pelo Juízo Comum ou Tribunal do Júri, ficam sujeitas à aplicação dos institutos da transação penal e da composição civil dos danos.”

Diante dessa afirmação e nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal do Juri pode aplicar, apenas, o instituto da transação penal.
- (B) O Juízo Comum não pode aplicar o instituto da composição civil dos danos.
- (C) Todas as informações do texto são verdadeiras.
- (D) Não é possível deslocar a competência do Juizado Especial Criminal para o Tribunal do Juri.
- (E) Apenas o fenômeno da continência é que desloca a competência originária do Juizado Especial Criminal.

39. Quando o juiz profere uma decisão de ofício acerca de uma questão de ordem pública, sem que sobre ela se tenha garantido às partes oportunidade para prévia manifestação, é correto dizer que a decisão estará

- (A) simplesmente aplicando a regra processual constante do Código de Processo Civil que lhe autoriza decidir de ofício sobre matéria de ordem pública.
- (B) garantindo a aplicação da tradicional e vigente regra processual *da mihi factum, dabo tibi ius* (“dá-me os fatos que te darei o direito”).
- (C) sujeita ao chamado reexame necessário, momento no qual será aberta às partes a oportunidade de manifestação.
- (D) dando aplicação ao princípio da eficiência e da duração razoável do processo, uma vez que isto contribui para a celeridade na prestação jurisdicional.
- (E) agindo em violação ao princípio do contraditório, o qual envolve a participação com influência na formação do resultado e a chamada “não surpresa”.

40. João Paulo, brasileiro e domiciliado em São Paulo – SP, após realizar aposta em jogo virtual divulgado por influenciador na internet, sente-se lesado sob o argumento de que em nenhum momento o aplicativo ou o influenciador que divulgou o jogo informaram a ele adequadamente a respeito dos riscos e probabilidades de perdas envolvidos na aposta. O influenciador é brasileiro, mas domiciliado em Miami-EUA. Já a empresa dona do aplicativo utilizado para o jogo tem a sua sede administrativa em Londres, no Reino Unido, e todos os servidores e equipes operacionais localizados em Bucareste, na Romênia, não contando com representantes legais no Brasil.

A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar com base no Código de Processo Civil que

- (A) compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar ações decorrentes de relações de consumo quando o consumidor, como no caso, tiver domicílio no Brasil.
- (B) João Paulo terá de ingressar com ação judicial na justiça do estado americano da Flórida, para possibilitar a discussão de eventual responsabilidade do influenciador.
- (C) não pode haver responsabilização do influenciador por falha na prestação de informações, por ser este um mero prestador de serviços contratado pela empresa londrina.
- (D) a justiça brasileira poderá ser acionada por João Paulo contra o influenciador, em razão da nacionalidade brasileira do réu e também do autor da ação.
- (E) não cabe à autoridade judiciária brasileira processar e julgar ações como as do caso, movidas contra réus domiciliados no exterior por fatos ocorridos no exterior.

41. O artigo 36, § 2º, do Código de Processo Civil prevê, ao tratar do procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça, que, em “qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.”

Neste contexto, é correto afirmar que o tipo de análise realizado nesses casos pela autoridade jurisdicional brasileira recebe o nome de:

- (A) juízo prestacional.
- (B) juízo perfunctório.
- (C) juízo rogatório.
- (D) juízo de delibação.
- (E) análise preliminar.

42. Uma empresa pública estadual do setor de saneamento público é alienada, pelo estado da Federação que a controla, à União Federal, como parte de um processo de refinanciamento de dívidas deste estado junto à União, autorizado por lei complementar federal. Supondo a manutenção da totalidade do capital social da empresa sob titularidade da União, passando a empresa a ser uma empresa pública federal, é correto afirmar que as ações judiciais eventualmente existentes para reparação de danos, em trâmite na justiça comum estadual, que contem com a empresa como uma das partes

- (A) não sofrerá qualquer modificação na sua tramitação, considerando o princípio processual da *perpetuatio jurisdictionis*.
- (B) deverão ser remetidas à justiça federal, considerando-se modificação no estado de uma das partes capaz de alterar a competência absoluta em razão da pessoa.
- (C) estarão sujeitas à suscitação de conflito de competência entre a justiça federal e estadual, a ser dirimido em caráter originário pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) deverão ser mantidas na justiça estadual, pois a mudança operada não modifica competência absoluta, mas apenas a competência relativa em razão da pessoa.
- (E) terão o seu destino dependente da matéria de que tratem, devendo ser submetidas à justiça federal apenas as ações em que a própria União tenha algum interesse direto.

43. A Prefeitura de um determinado Município, ao ser processada por um usuário do seu sistema de transporte coletivo por ônibus, identificando que a lesão ao usuário ocorreu por culpa grave do motorista, que não seguiu os protocolos de segurança estipulados pela Prefeitura, denuncia a lide a este.

Caso a denunciação da lide não seja deferida pelo juiz da causa:

- (A) a Prefeitura perderá o direito de exercer o seu direito regressivo em razão do trânsito em julgado da questão incidental suscitada.
- (B) será porque, na situação prevista, não é admissível a denunciação da lide, mas sim o chamamento ao processo.
- (C) não caberá recurso de tal decisão interlocutória pela Prefeitura ao Tribunal de Justiça competente.
- (D) o eventual direito regressivo da Prefeitura contra o motorista poderá ser exercido por ação autônoma.
- (E) será porque a denunciação da lide só é admitida nos casos de direito regressivo em razão de dolo do agente e não no caso de culpa grave.

44. A oitiva de testemunha que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo

- (A) deverá ser realizada por carta precatória ao juiz da comarca na qual reside a testemunha.
- (B) poderá ser realizada por meio de envio de depoimento por escrito da testemunha, representada necessariamente por advogado.
- (C) não é autorizada no caso de ações relativas ao direito de família ou ao estado civil das pessoas.
- (D) poderá ser realizada por qualquer recurso tecnológico de transmissão e recepção de sons e imagens em tempo real.
- (E) deverá ser realizada por carta rogatória ao juiz da comarca na qual reside a testemunha.

45. Uma empresa, “Construtora Alfa S.A.”, ajuíza ação de cobrança contra um município, buscando o pagamento de valores devidos por um contrato de obras públicas. Após o trâmite regular, a empresa obtém decisão judicial favorável, condenando o município a pagar R\$ 10 milhões. Após o trânsito em julgado, a empresa inicia a execução da sentença, requerendo a intimação da Fazenda Pública para pagamento. Ao ser intimada, a Fazenda Pública impugna a execução argumentando que a obrigação de pagar os R\$ 10 milhões é inexigível, pois se fundamenta em uma interpretação de lei que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional, em sede de controle difuso, em decisão com efeitos *ex tunc*, antes do trânsito em julgado da decisão que fixou a obrigação.

Com base nesta situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) ainda que a decisão não fosse proferida com efeitos *ex tunc*, mas sim *ex nunc*, seria procedente a alegação de inexigibilidade da dívida.
- (B) caso a Fazenda também identifique que há excesso na execução de R\$ 10 milhões, tal excesso deverá ser discutido posteriormente à expedição de eventual precatório.
- (C) no caso descrito a dívida realmente deve ser considerada inexigível pelo juízo da execução, independentemente de ação rescisória.
- (D) a decisão anterior do STF em controle difuso de constitucionalidade não afasta a exigibilidade da obrigação decorrente de ação judicial com trânsito em julgado.
- (E) a apresentação de impugnação, no caso, não afasta a necessidade de apresentação da ação rescisória pela Fazenda Pública.

46. Segundo estabelece a Lei nº 9.099/1995 e com base na jurisprudência dos tribunais superiores no Brasil, nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis, as intimações ocorrerão

- (A) por qualquer meio idôneo de comunicação, o que inclui meios eletrônicos e virtuais.
- (B) preferencialmente por correspondência com aviso de recebimento em mão própria ou de terceiros.
- (C) necessariamente por correspondência com aviso de recebimento em mão própria.
- (D) preferencialmente em audiência considerando-se cientes as partes a partir da sua oitiva.
- (E) preferencialmente na pessoa do seu advogado devidamente constituído para a prática de atos processuais.

47. Leopoldo tem 17 anos, é boliviano, vive no Brasil há dezesseis anos ininterruptos, não tem condenação penal e atualmente não estuda nem trabalha. Madalena é natural de Cabo Verde, tem 35 anos, está desempregada e reside há três anos ininterruptos no Brasil. Rodrigo tem 21 anos, é brasileiro nato e deseja requerer, perante a autoridade competente, a perda da nacionalidade brasileira.

Com base na situação apresentada e no disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao completar 18 anos, Leopoldo deverá realizar o alistamento eleitoral, pois, ao atingir a maioria civil, ele será automaticamente considerado brasileiro naturalizado, uma vez que preenche todos os requisitos exigidos pela legislação.
- (B) Como Madalena é originária de país de língua portuguesa, para obter a nacionalidade brasileira, precisa comprovar apenas residência por um ano ininterrupto, idoneidade moral e estar trabalhando há pelo menos seis meses, ainda que informalmente.
- (C) Leopoldo somente poderá requerer a nacionalidade brasileira em quatro anos, pois a legislação estabelece a necessária residência ininterrupta no Brasil por pelo menos vinte anos.
- (D) Se Madalena obtiver a naturalização brasileira, caso ela seja condenada pelo cometimento do crime de peculato, sua naturalização será cancelada, por se considerar a atividade como nociva ao interesse nacional.
- (E) Caso Rodrigo renuncie à nacionalidade, tal fato não impedirá que ele readquira sua nacionalidade brasileira originária, inclusive podendo se tornar, no futuro, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

48. Os municípios A e B estão localizados no mesmo Estado, e, em decorrência de questões geográficas e culturais, seus habitantes compartilham diversos valores em comum. Em face disso, e pensando em solucionar o problema da escassez de recursos, os Chefes dos respectivos Poderes Executivos desejam realizar a fusão desses municípios.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os municípios A e B não poderão realizar a fusão, mas apenas um poderá se incorporar ao outro, desde que mediante prévia autorização em lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e após ouvir a população interessada mediante plebiscito.
- (B) A fusão dos municípios A e B é possível, mas deverá ser feita por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- (C) Admite-se a fusão dos municípios A e B, desde que seja editada, pela Assembleia Legislativa, Lei Complementar indicando tal possibilidade e autorizando a realização do referendo.
- (D) Diferentemente do que ocorre com os Estados, os municípios não podem realizar a fusão, bem como incorporar-se ou subdividir-se, em face de expressa vedação legal que foi consequência de entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Admite-se que os municípios A e B realizem a fusão, desde que, entre outros requisitos, seja publicada Lei Complementar Estadual autorizando e seja realizada pesquisa de interesse entre os cidadãos envolvidos, além de apresentado estudo de impacto financeiro.

49. Luciana é servidora pública, devidamente aprovada em concurso público, e atua como analista de sistemas no âmbito do Poder Executivo do município X. Com o intuito de aumentar sua renda, Luciana aceitou uma função de confiança e, após seis anos de exercício em tal função, resolveu abdicar da função de confiança, por não considerar que a remuneração auferida era proporcional ao trabalho por ela desenvolvido. Em seguida, candidatou-se e foi eleita vereadora do município X. Durante o mandato municipal, resolveu concorrer ao cargo de deputada estadual, tendo sido eleita, mas ainda não foi investida no mandato eletivo estadual.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Como Luciana exerceu a função de confiança por mais de cinco anos, deverão ser incorporadas as vantagens vinculadas ao exercício de tal função à remuneração do cargo efetivo.
- (B) Investida no mandato de vereadora, se não houver compatibilidade de horários, ela será afastada do cargo público, mas estará impossibilitada de optar por receber a sua remuneração como servidora pública.
- (C) Ao ser investida em mandato eletivo estadual, Luciana ficará afastada de seu cargo e, se ela for segurada de regime próprio de previdência social, permanecerá filiada a esse regime, no município X.
- (D) A fixação da remuneração de Luciana como analista de sistemas deve observar exclusivamente dois requisitos: o grau de responsabilidade intrínseco à atividade desenvolvida e a complexidade do cargo.
- (E) Como Luciana é servidora pública, ela não deveria ter aceitado a função de confiança, pois esta é restrita para os ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração.

50. A respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- (A) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais.
- (B) Os Estados e os municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Legislativo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.
- (C) A Constituição Federal assegura o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos anualmente pelo Decreto do Poder Executivo.
- (D) Deverão ser estabelecidos, até 2025, por lei ordinária do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, sob pena da impetração de mandado de injunção.
- (E) Lei ordinária de cada ente federativo deverá estabelecer expressamente idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

51. A respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- (A) Quando o Tribunal de Justiça tiver número superior a vinte e cinco julgadores, deverá constituir um órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e três membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno.
- (B) Os Tribunais de Justiça, no exercício de sua função atípica, proferem decisões administrativas, que devem ser motivadas, vedando-se a motivação aliunde, e proferidas em sessão pública, sendo as decisões disciplinares tomadas pelo voto de dois terços de seus membros.
- (C) Aos juízes é expressamente vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos pelo menos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, sob pena da prática de improbidade administrativa.
- (D) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias, mas, se as propostas orçamentárias forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- (E) Os Estados devem criar a justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, com mandato de quatro anos e competência para celebrar casamentos e julgar pedidos de divórcio, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, além de outras previstas na legislação.

52. Ênio é magistrado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e Max é magistrado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Eles são amigos desde a época em que estudavam para prestar o concurso da magistratura e ambos estão em comarcas de igual entrância. Diante da recente alteração na Constituição Federal, eles desejam apresentar pedido de permuta.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido de permuta de Ênio e Max será deferido se eles estiverem por duas vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento para promoção, exceto se comprovado que eles injustificadamente retiveram autos além do prazo legal disposto no Código de Processo Civil.
- (B) Como aos Tribunais de Justiça é assegurada autonomia administrativa e financeira, cada Tribunal de Justiça deverá prever as próprias regras aplicáveis aos pedidos de permuta, observando-se, no mínimo, a exigência de que os magistrados estejam na mesma entrância há pelo menos cinco anos.
- (C) O pedido de Ênio e Max não poderá ser atendido, pois a Constituição Federal apenas permitiu a remoção a pedido de magistrados de comarca de igual entrância, dentro de um mesmo Tribunal de Justiça.
- (D) O pedido de Ênio e Max não poderá ser atendido, pois a Constituição Federal permitiu apenas a permuta entre os juízes de segundo grau.
- (E) Admite-se a permuta dos magistrados Ênio e Max, que atenderá, entre outros requisitos e no que couber, a aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

53. O Ministério Público do Estado X, durante a execução orçamentária do exercício de 2024, em virtude do exponencial aumento das audiências de custódia aos finais de semana, verificou que não haveria valores suficientes para o pagamento de diárias para os membros da carreira dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que, se ocorresse o pagamento das diárias extrapolando os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a atitude do Ministério Público do Estado X estaria

- (A) em desacordo com o previsto na Constituição, na medida em que as despesas deveriam ter sido previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- (B) de acordo com o previsto na Constituição, na medida em que é caracterizada a situação de força maior decorrente do aumento das audiências de custódia.
- (C) em desacordo com o previsto na Constituição, pois a realização de despesas dependeria de autorização prévia diretamente dada pelo Chefe do Poder Executivo, por meio da publicação de resolução orçamentária.
- (D) de acordo com o previsto na Constituição, na medida em que são princípios institucionais do Ministério Público a independência funcional e a financeira.
- (E) de acordo com o previsto na Constituição, pois, além de estar caracterizada a situação de caso fortuito, são princípios institucionais do Ministério Público a independência orçamentária e a administrativa.

54. De acordo com o exposto na Constituição Federal, atualmente, a criação da Justiça Militar Estadual

- (A) é possível, desde que haja prévia resolução do Conselho Nacional de Justiça autorizando o respectivo Tribunal de Justiça.
- (B) depende da edição de lei estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça.
- (C) depende da edição de lei ordinária federal, de proposta privativa do Supremo Tribunal Federal.
- (D) depende da edição de lei complementar estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça, após prévia autorização do Conselho Nacional de Justiça.
- (E) está vedada, em razão da recente promulgação da Emenda Constitucional nº 133.

55. O conceito de funcionário público varia conforme o contexto de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, funcionário público, para os fins desse Estatuto, é

- (A) quem, mesmo transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- (B) a pessoa que seja titular de cargo público estruturado em carreiras, provido mediante concurso público de provas ou provas e títulos.
- (C) a pessoa legalmente investida em cargo público.
- (D) quem exerce cargo em entidade paraestatal.
- (E) quem exerce cargo em empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

56. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, as nomeações em cargo público podem ser feitas

- (A) por transferência, acesso ou reversão.
- (B) em caráter vitalício, em comissão e em caráter efetivo.
- (C) por reversão, reintegração ou em comissão.
- (D) por aproveitamento, reintegração ou em caráter efetivo.
- (E) em comissão e em caráter efetivo, apenas.

57. O setor de pessoal de um determinado órgão público do Estado de São Paulo está sugerindo realizar um concurso público para provimento em cargo público efetivo de nível superior, mediante aplicação de provas avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e análise de títulos, aos quais seriam atribuídos, no máximo, outros 100 (cem) pontos.

Com base na situação descrita e no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, é correto afirmar que

- (A) devido à sua subjetividade, via de regra, não é permitida a realização de análise de títulos detidos pelo candidato em concursos públicos de nível superior.
- (B) a lei não autoriza que a relação entre os pontos atribuídos à prova e à análise de títulos seja superior a 1:2 (um para dois).
- (C) a previsão de fase de análise de títulos detidos pelos candidatos em concurso público apenas é possível para os cargos da magistratura estadual.
- (D) aos títulos não se pode atribuir pontuação maior do que 50 (cinquenta) pontos, por expressa vedação legal.
- (E) não há previsão legal na lei relativamente à pontuação máxima de cada fase do concurso, cabendo à banca organizadora distribuir os pontos na forma do edital.

58. Roberto almeja ingressar nos quadros da Administração Pública paulista, mas tem receios quanto à sua conformidade em relação às exigências legais para tanto, uma vez que não é brasileiro nato, mas sim naturalizado há apenas 1 (um) ano; tem apenas 19 (dezenove) anos; nunca estudou para concursos públicos; justificou o não comparecimento e voto na última eleição municipal; e já foi condenado no passado por crime ambiental (artigo 65 da Lei nº 9.605/98, crime de pichação), estando ainda em curso o cumprimento da pena restritiva de direitos que lhe foi imposta.

Considerando as preocupações de Roberto e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, pode-se afirmar que é requisito para a posse em cargo público e poderá representar um obstáculo à sua pretensão de tornar-se um funcionário público estadual:

- (A) ser brasileiro nato.
- (B) ter sido aprovado em concurso público.
- (C) ter completado 21 (vinte e um) anos de idade.
- (D) ter votado nas últimas 2 (duas) eleições.
- (E) ter boa conduta.

59. Em uma determinada repartição do Governo do Estado de São Paulo, o chefe do setor resolve estabelecer uma forma diferente de administrar a área, com base na confiança da chefia em relação aos seus colaboradores. Assim, o responsável pelo setor dispensa os funcionários do registro diário do ponto, passando a controlar apenas o total de horas trabalhadas na semana segundo apontamentos manuais feitos em um caderno separado pelo responsável especificamente para essa finalidade. Sentindo-se mais valorizada, a equipe passa a produzir muito mais do que produzia antes da introdução da inovação.

Considerando essa situação hipotética e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Estatuto), é correto afirmar que:

- (A) em que pese a boa intenção e resultados, a conduta do chefe do setor viola o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o qual veda a dispensa do registro do ponto, salvo em situações excepcionais.
- (B) a solução encontrada está em conformidade com o Estatuto, na medida em que esse não exige que o ponto registre a hora de entrada e a hora de saída do funcionário diariamente, mas apenas a carga horária semanal trabalhada.
- (C) os resultados positivos alcançados permitem a inclusão da inovação em iniciativa chamada *sandbox* regulatório de gestão, conforme previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.
- (D) a única desconformidade na proposta apresentada pela chefia do setor em relação ao Estatuto consiste na adoção de meio manual de registro das horas trabalhadas, em lugar de meio mecânico.
- (E) trata-se de um caso de implantação do paradigma da administração gerencial, o qual é expressamente autorizado pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

60. Abelardo Nogueira é servidor público na Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania do Governo do Estado de São Paulo e está cursando o quinto semestre de Direito em renomada faculdade, a qual realiza algumas palestras e cursos *on-line*, de participação obrigatória dos alunos, em horário que seria de expediente de Abelardo. Como a repartição possui boa conexão com a internet, Abelardo usa o computador e a rede do órgão em que atua para acompanhar as palestras. Ciente de que as suas responsabilidades como estudante não podem comprometer a sua produtividade como servidor público, nos dias em que deixa de executar alguma tarefa em razão dos estudos, costuma levar para a sua casa, sem conhecimento da chefia do setor, os documentos de trabalho necessários para a conclusão das suas tarefas profissionais durante a noite, levando-os novamente à repartição no dia seguinte.

Com base nessa situação hipotética e no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Estatuto), é correto afirmar que:

- (A) a conduta do servidor viola o Estatuto, o qual proíbe a participação em cursos não diretamente relacionados às atividades do cargo durante horário de expediente, salvo quando houver expressa autorização da chefia.
- (B) Abelardo cumpre na íntegra seus deveres profissionais de diligência e de manter-se atualizado em relação aos conhecimentos necessários para a sua função.
- (C) não há violação ao Estatuto por Abelardo levar documentos da repartição para sua casa a fim de concluir os trabalhos pendentes, mas há pelo fato de se utilizar de instrumentos da repartição para a realização de atividades acadêmicas.
- (D) há, na conduta de Abelardo, violação da expressa proibição de retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição.
- (E) como estudante regularmente matriculado em curso superior, Abelardo tem o direito de utilizar os recursos e materiais da sua repartição para a realização das suas atividades acadêmicas.

61. Afrânio Barbosa é servidor de carreira de um determinado Tribunal de Justiça Estadual e recebe para si e para seus colegas de departamento presentes como relógios, joias e ingressos para *shows* e jogos esportivos, com o compromisso, nunca explícito, mas sempre identificável, de favorecer os presenteadores na distribuição dos processos protocolados.

É correto afirmar, com base nessa situação hipotética e na Lei nº 8.429/1992, que:

- (A) Afrânio cometeu o crime de peculato, bem como o crime de advocacia administrativa, estando sujeito à pena de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de reclusão, sem prejuízo da punição dos demais colegas de departamento na medida da sua culpabilidade.
- (B) caso Afrânio apenas tivesse recebido os presentes para terceiros, não haveria, de sua parte, ato de improbidade, uma vez que se exige que o ato de favorecimento seja praticado pelo agente que recebeu os presentes.
- (C) trata-se de ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito desde que fique demonstrado que Afrânio agiu com vontade livre e consciente de receber os presentes em troca de favorecer aos presenteadores.
- (D) o fato de o compromisso de favorecer o presenteador não estar explícito na entrega dos presentes afasta a existência de dolo na conduta de Afrânio, bem como de seus colegas de departamento, inviabilizando a punição por ato de improbidade.
- (E) Afrânio, por ser funcionário de carreira, apenas será penalizado por ato de improbidade, na situação descrita, se, no curso do processo administrativo disciplinar, houver a conclusão de que a ele deve ser aplicada a pena de demissão.

62. João da Silva foi nomeado para cargo público com exigência de escolaridade até o ensino médio, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, e, junto aos documentos obrigatórios para a posse, verificou a necessidade de apresentação da sua declaração de imposto de renda. Na sua declaração consta como dependente uma filha que João teve fora do casamento e mantém em segredo há anos. Por essa razão, João gostaria de evitar a entrega da declaração do imposto de renda para a posse e posterior exercício do cargo.

Considerando essa situação hipotética e o previsto no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) a exigência formulada pelo órgão para a posse é contrária ao direito à privacidade, à proteção da honra, bem como à proteção de dados pessoais e do sigilo fiscal e bancário garantidos pela Constituição Federal.
- (B) a posse e o exercício do cargo público ficam condicionados à apresentação da declaração de imposto de renda, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal.
- (C) embora exija-se, em regra, a apresentação da declaração de imposto de renda, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, essa regra não se aplica aos servidores do Poder Judiciário em razão da separação de poderes.
- (D) a posse em cargo público de nível superior fica condicionada à apresentação da declaração de imposto de renda, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, mas não a posse em cargo público de nível médio.
- (E) para evitar a exposição do seu drama familiar, João poderia modificar a sua declaração de imposto de renda, apresentando, para posse, declaração que não contivesse a informação relativa aos recebimentos e pagamentos de sua filha.

63. Josué, separado judicialmente de Marisa, desapareceu de seu domicílio sem deixar representante ou procurador para administrar seus bens. Sem haver qualquer notícia dele, o juiz, a requerimento de seu irmão, Pedro, declarou sua ausência e nomeou curador.

Considerando que Josué não tem nenhum outro irmão, pais ou descendentes, é correto afirmar que

- (A) Pedro, por ser o único irmão, deverá ser o curador nomeado.
- (B) Marisa deverá ser a curadora de Josué, tendo em vista a subsistência da relação conjugal, apesar da separação.
- (C) qualquer parente até o 3º grau por consanguinidade ou afinidade deverá ser nomeado, escolhendo-se o mais velho dentre eles.
- (D) qualquer parente até o 4º grau, desde que por consanguinidade, deverá ser nomeado como curador de Josué.
- (E) qualquer pessoa, parente ou não, poderá ser escolhida pelo juiz.

64. Analise as situações hipotéticas acerca do domicílio necessário e assinale a alternativa correta.

- (A) João, marítimo, tem como domicílio necessário o local onde o navio estiver ancorado.
- (B) Juarez, servidor público, tem como domicílio necessário o lugar em que exercer suas funções, de forma permanentemente ou transitória, desde que regularmente alocado.
- (C) Henrique, condenado à pena de prisão em regime fechado por cinco anos, tem como domicílio necessário o local onde transitou em julgado a sentença condenatória.
- (D) Vitória, de dezessete anos, tem como domicílio necessário o do seu representante ou assistente.
- (E) Laércio, militar da aeronáutica, tem como domicílio necessário o local onde servir.

65. Thais possui uma dívida considerável com o Banco \$, garantida por um automóvel. Sabendo que o banco está prestes a executar a garantia, Thais decide vender o seu carro para sua melhor amiga, Marina, que, sabendo da situação de Thais, concorda em receber o veículo.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O Banco \$ poderá pedir a anulação da venda do veículo, uma vez que a insolvência de Thais era conhecida por Marina.
- (B) O negócio jurídico é nulo, uma vez que Marina conhecia a situação de insolvência de Thais.
- (C) Trata-se do instituto da fraude à execução, que pode envolver tanto a transmissão gratuita quando a onerosa do veículo.
- (D) Para a configuração do defeito do negócio jurídico, é necessário que Marina efetivamente conheça da situação de insolvência de Thais, não havendo como dispensar a exigência de *consilium fraudis* sob o argumento de que a insolvência era notória.
- (E) Não se configura um defeito do negócio jurídico, uma vez que, para que o fosse, seria necessário que a transmissão do veículo fosse gratuita.

66. André e Gabriel são vizinhos e possuem uma longa disputa sobre a divisa entre seus terrenos. Em uma audiência de conciliação, com o objetivo de encerrar o litígio, Gabriel, motivado por um erro de fato, confessa que uma determinada árvore localizada na linha divisória pertence a André.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a confissão de Gabriel é

- (A) inexistente.
- (B) válida.
- (C) nula.
- (D) anulável.
- (E) ineficaz.

67. A rede de supermercados ABC é acionada em uma ação de indenização por danos morais por um cliente que alega ter sido humilhado por um dos funcionários da loja. A rede de supermercados ABC decide nomear Daniel, funcionário do estoque, como preposto para representá-la na audiência de conciliação.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Daniel não poderia ter sido nomeado como preposto, uma vez que tal função deve ser exercida pelo gerente ou outro funcionário em cargo de direção ou chefia.
- (B) Daniel pode negociar por conta própria ou de terceiro, desde que mediante autorização tácita ou expressa, podendo ser escrita ou verbal.
- (C) Se Daniel se fizer substituir no desempenho da preposição, sem autorização escrita, responderá pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.
- (D) Pelo simples fato de ter sido nomeado, Daniel pode negociar por conta própria ou de terceiro.
- (E) Daniel pode se fazer substituir no desempenho da preposição, desde que mediante autorização escrita ou verbal.

68. Acerca do instituto do Penhor, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o disposto no Código Civil, o penhor é um direito real que vincula qualquer coisa, móvel ou imóvel ao pagamento de uma dívida.
- (B) No penhor pecuário, o devedor não poderá alienar os animais empenhados sem prévio consentimento, por escrito, do credor.
- (C) No penhor mercantil, as coisas empenhadas ficam em poder do credor.
- (D) O instrumento do penhor deverá ser levado a registro, pelo devedor, no Cartório de Títulos e Documentos.
- (E) Podem ser objeto de penhor máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos, instalados e em funcionamento, desde que com os seus respectivos acessórios.

69. Assinale a alternativa que corresponde a um caso em que a pessoa será posta em tutela.

- (A) Maria sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) que a deixou com sequelas neurológicas significativas. Em decorrência do AVC, Maria perdeu a capacidade de se comunicar verbalmente e apresenta dificuldades motoras que limitam seus movimentos. Os médicos afirmam que é improvável que ela recupere totalmente a capacidade de expressar suas vontades, fazendo com que Maria seja posta em tutela.
- (B) Catarina herdou um considerável patrimônio de seus pais. Desde então, tem demonstrado um padrão de gastos excessivos e impulsivos, adquirindo bens de luxo e fazendo viagens frequentes. Apesar dos alertas de amigos e familiares, Catarina continua com seus gastos descontrolados, colocando em risco seu patrimônio, fazendo com que Catarina seja posta em tutela.
- (C) João é dependente de álcool há mais de 15 anos. O consumo excessivo de bebidas alcoólicas tornou-se um problema crônico, afetando significativamente sua vida. Nas últimas semanas, João tem apresentado comportamentos cada vez mais agressivos, colocando em risco tanto sua própria segurança quanto a de seus familiares, fazendo com que João seja posto em tutela.
- (D) Felipe possui uma deficiência mental grave. Apesar de sua inteligência e capacidade de aprender, apresenta dificuldades em diversas áreas da vida, como a compreensão de conceitos abstratos, a resolução de problemas complexos e a interação social. Em razão dessas limitações, Felipe deverá ser posto em tutela.
- (E) Ana e Pedro, pais de Miguel, de 10 anos, desapareceram do seu domicílio sem deles haver notícia, sendo declarada judicialmente a ausência de ambos, o que pode fazer com que Miguel seja posto em tutela.

70. Ulisses, viúvo, faleceu deixando como um único bem um apartamento no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Seus dois filhos, Caio e Thiago, são os únicos herdeiros. Durante o inventário, antes de realizada a partilha, foi constatada uma dívida de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em nome de Ulisses, referente a um empréstimo bancário por ele realizado pouco antes de sua morte.

Considerando a situação hipotética, na qual ainda não foi realizada a partilha, assinale a alternativa correta.

- (A) Como ainda não foi realizada a partilha, o credor deverá aguardar a partilha dos bens para aí então executar Caio e Thiago, na proporção que couber a cada um.
- (B) Só respondem Caio e Thiago, cada qual em proporção da parte que na herança lhe couber.
- (C) Se for requerido o pagamento da dívida no inventário e não houver impugnação, o juiz mandará reservar, em poder do inventariante, bens suficientes para solução do débito, sobre os quais venha a recair oportunamente a execução.
- (D) O juiz não poderá mandar reservar bens suficientes para a solução do débito, ficando tal conduta a critério do inventariante.
- (E) Caso o juiz reserve, em poder do inventariante, bens suficientes para solução do débito, o credor será obrigado a iniciar a ação de cobrança no prazo de trinta dias, sob pena de se tornar sem nenhum efeito a providência indicada.

71. Em uma execução fiscal, por conta do despacho inicial do processo, houve a expedição de um mandado judicial, regularmente determinado por juiz competente, que foi distribuído a Paulo Roberto, que é o Oficial de Justiça encarregado do seu cumprimento. Nessa situação hipotética, conforme dispõe a Lei nº 6.830/80, é correto afirmar que Paulo Roberto

- (A) deverá citar o executado sobre a cobrança do valor que consta da Certidão da Dívida Ativa, a qual poderá ser emendada ou substituída até a decisão de primeira instância, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- (B) recebeu ordem judicial em suas mãos para citar o devedor e promover o arresto de bens se o executado se recusar a pagar a dívida, ou penhorar bens, na hipótese de o devedor não garantir a execução.
- (C) deverá promover a citação do devedor, efetuar o arresto ou a penhora de bens e devolver o mandado ao cartório da Vara para que seja nomeado o perito judicial que fará a avaliação dos bens penhorados ou arrestados.
- (D) promoverá a citação do executado, o qual deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- (E) cumprirá o mandado e efetuará a penhora ou arresto de bens, devendo tentar a constrição, primeiramente, sobre dinheiro do devedor, não podendo, entretanto, penhorar ou arrestar, entre outros bens, plantações ou edifícios em construção.

72. Assinale a alternativa que está em conformidade com a Resolução nº 354/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

- (A) Aquele que requerer a citação ou intimação deverá fornecer, além da qualificação, os dados necessários para comunicação eletrônica por aplicativos de mensagens, redes sociais e e-mail, salvo impossibilidade de fazê-lo.
- (B) Nos casos em que cabível a citação e a intimação pelo correio, por oficial de justiça ou pelo escrivão ou chefe de secretaria, será vedado o seu cumprimento por meio eletrônico.
- (C) O cumprimento, em geral, das citações e das intimações por meio eletrônico, havendo concordância das partes, será realizado pela secretaria do juízo ou, quando se destinar a menor de idade, será feito pelos oficiais de justiça.
- (D) As partes do processo serão intimadas a informar, no prazo máximo de 10 (dez) dias da distribuição do processo, seus endereços eletrônicos para receber notificações e intimações, devendo atualizá-los sempre que a Secretaria da Vara os instar a fazê-lo.
- (E) Será vedado o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas, inclusive para o caso de parte em local incerto e não sabido ou de ocultação.

73. A empresa Path Ltda, que é parte em uma ação declaratória incidental, está requerendo, ao juiz do processo, que o recolhimento da taxa judiciária seja diferido para depois da satisfação da execução, alegando a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento. Nessa situação hipotética, conforme estabelece a Lei nº 11.608, de 29/12/2003, é correto afirmar que o pedido da referida empresa

- (A) não poderá ser deferido, ainda que comprovada a impossibilidade financeira da empresa, uma vez que esse benefício é concedido apenas às pessoas físicas.
- (B) não poderá ser deferido, ainda que comprovada a impossibilidade financeira da empresa, uma vez que esse benefício não se aplica a esse tipo de ação judicial.
- (C) poderá ser deferido se comprovada, por meio idôneo, a sua impossibilidade financeira para o recolhimento, ainda que parcial.
- (D) somente poderá ser deferido se a empresa não se utilizou desse benefício nos últimos cinco anos em qualquer tipo de ação judicial.
- (E) poderá ser deferido, nesse tipo de ação judicial, a critério do juiz, independentemente da comprovação da impossibilidade financeira da empresa.

74. Na hipótese de o oficial de justiça necessitar de arrombamento ou de reforço policial para dar cumprimento a um mandado judicial, as Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça estabelecem que ele deverá

- (A) efetuar o arrombamento diretamente ou, se necessário, requerer ao juízo o reforço policial, o qual, se deferido, será cumprido pelo Batalhão da Polícia Militar.
- (B) apresentar, ao juízo, requerimento em modelo padronizado, o qual, se deferido, servirá de requisição da força policial e cópia dele será entranhada aos autos.
- (C) proceder à devolução obrigatória do mandado e apresentar ao juízo requerimento em modelo padronizado.
- (D) requerer ao juízo a referida providência, sem necessidade de modelo padronizado, o qual, se deferido, servirá de requisição da força policial.
- (E) devolver o mandado judicial para requerer a ordem de arrombamento, mas poderá solicitar o reforço policial diretamente ao Batalhão da Polícia Militar.

75. Conforme dispõem as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, a respeito do sistema de carga única de mandados para os oficiais de justiça, é correto afirmar que:
- (A) pode ser adotado para os mandados urgentes, com a autorização e mediante controle do Juiz Corregedor Permanente, devendo ser preparada a carga única no final do expediente para cumprimento no dia seguinte.
 - (B) pode ser adotado por autorização e mediante controle do Juiz Corregedor Permanente, a cada quinze dias, salvo os mandados urgentes, devidamente justificados.
 - (C) é expressamente vedado, devendo ser responsabilizado o Escrivão que autorizar a carga única.
 - (D) salvo os mandados urgentes, em razão do volume do expediente, pode ser adotado por autorização e mediante controle do Juiz Corregedor Permanente, mensalmente.
 - (E) somente pode ser adotado, em razão do volume do expediente, incluindo os mandados urgentes, por autorização e mediante controle do Juiz Corregedor Permanente, mensalmente.
76. Na hipótese de o advogado da parte, regularmente constituído no processo judicial, requerer o desentranhamento e aditamento de um mandado, as Normas da Corregedoria Geral da Justiça rezam que
- (A) ficará a critério do juiz deferir o pedido ou expedir novo mandado, ficando a cargo do cartório fornecer as peças necessárias para a devida instrução.
 - (B) deverá o cartório solicitar à parte que forneça as peças necessárias para a devida instrução do aditamento, dispensada a apreciação judicial.
 - (C) somente será deferido o pedido se não for possível a expedição de um novo mandado, devendo a parte, em qualquer caso, recolher as custas processuais devidas.
 - (D) ficará a critério do Escrivão decidir qual o procedimento a seguir, se adita o atual mandado ou se expede um novo mandado, com base no interesse do serviço público.
 - (E) poderá ser dispensado, a critério do juiz, expedindo-se novo mandado, fornecendo, a parte, as peças necessárias.
77. Considerando o disposto nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) Quando o réu ou apenado comparecer em audiência, as intimações em relação aos atos nela praticados não poderão ser realizadas na própria audiência, sob pena de nulidade, devendo ser cumpridas, em até 48 horas, pelo oficial de justiça.
 - (B) Os réus ou condenados presos que estiverem internados em estabelecimentos situados fora da comarca, mas dentro do Estado de São Paulo, serão intimados por meio de carta rogatória.
 - (C) Os mandados de intimação de vítimas ou testemunhas, quando essas derem conta de coação ou grave ameaça, após deferimento do juiz, serão elaborados em separado, individualizados.
 - (D) Nas intimações de sentença de réu ou condenado que não esteja preso, o oficial de justiça levará o impresso contendo termo de recurso e de renúncia ao direito de recorrer e consultará o réu sobre sua intenção, colhendo a assinatura no espaço próprio.
 - (E) Quando da intimação a ser efetivada por oficial de justiça, se o réu não souber escrever, será colhida sua impressão digital e assinará a rogo uma terceira pessoa, devendo o oficial de justiça assinar como testemunha da prática do ato.
78. Considerando o disposto nas Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta a respeito dos oficiais de justiça.
- (A) O Oficial de Justiça cumprirá os mandados recebidos até cinco dias antes de seu afastamento e só poderá entrar em férias sem nenhum mandado em mãos, dando baixa para redistribuição dos mandados não cumpridos por motivo de força maior.
 - (B) Na hipótese de cancelamento das férias ou afastamento, o Oficial de Justiça deverá cumprir dias adicionais de plantão equivalentes aos dias em que ficou sem distribuição.
 - (C) É um dos deveres de o oficial de justiça executar as ordens dos Juízes a que estiver subordinado, auxiliar o Juiz na manutenção da ordem e no controle do acesso à sala de audiências em sistema de rodízio em todos os processos da Vara em que estiver lotado.
 - (D) O Oficial de Justiça cumprirá plantão regular, destinado ao cumprimento de medidas ordinárias e não urgentes, em dias que houver expediente forense e plantão de Júri reservado ao acompanhamento dos réus e testemunhas.
 - (E) Os números de telefone celular dos Oficiais de Justiça constarão em rol e ficarão à disposição para consulta no Ofício de Justiça, sendo vedado ao Oficial de Justiça recusar o repasse do número de seu telefone celular a terceiros.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES

79. Os jornais brasileiros noticiaram, em setembro de 2024, que a economia brasileira chegou até a metade de 2024 tendo crescido 2,5% nos 12 meses anteriores. O resultado coloca o país em 6º lugar entre as economias do G20 que mais cresceram neste ano.

(BBCnewsBrasil. Disponível em <https://shre.ink/gjG9>. Acesso em 01.10.2024. Adaptado)

Entre junho de 2023 e junho deste ano, o Brasil só cresceu menos do que Índia, Indonésia, China, Rússia e Estados Unidos e se igualou ao índice

- (A) da França.
- (B) do Canadá.
- (C) do Reino Unido.
- (D) da Turquia.
- (E) da Alemanha.

80. O tratado UE (União Europeia)-Mercosul começou a ser negociado em 1999. Em sendo adotado, permitiria que as potências sul-americanas exportassem para a Europa carne, açúcar, arroz, mel, soja e outros produtos agrícolas, e, em contrapartida, a UE exportaria para a América do Sul, entre outros, máquinas e produtos farmacêuticos. A França é contrária ao acordo porque os agricultores franceses temem a concorrência, entretanto, visando a um mercado de 270 milhões de consumidores, outros países europeus aprovam o acordo. No dia 28 de março de 2024, o porta-voz da Comissão Europeia afirmou que as negociações prosseguem.

(istoe. Disponível em <https://shre.ink/gjvt>. Acesso em 01.10.2024. Adaptado)

Entre os países que se manifestam favoravelmente à assinatura do acordo estão:

- (A) Alemanha e Espanha.
- (B) Polônia e Suécia.
- (C) Luxemburgo e Irlanda.
- (D) Holanda e Bélgica.
- (E) Áustria e Grécia.

81. Suponha que Alice é filha de Luísa, tem 12 anos e, desde o seu nascimento, apresenta impedimento de natureza sensorial, o qual, em interação com uma barreira, obstrui sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Luísa suspeita que a filha possa ser considerada uma pessoa com deficiência oculta e, então, procura ajuda médica para realizar uma avaliação de deficiência. Ao agendar o exame médico-pericial, Mariluz, secretária de Dr. Luan, médico-perito, informou à Luísa que só haveria disponibilidade para a realização do exame com o uso de tecnologia de telemedicina, pois o médico estava em congresso no exterior.

Com fundamento na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar:

- (A) Alice deverá passar por avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, que considerará exclusivamente a limitação no desempenho das atividades cotidianas e a restrição de participação na vida social em igualdade de condições com as outras pessoas.
- (B) Alice não poderá ser considerada uma pessoa com deficiência, pois os impedimentos considerados para tanto são os de natureza física, mental ou intelectual, não se incluindo os sensoriais.
- (C) Mariluz errou ao informar que o exame médico-pericial poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina, pois a natureza e a importância da avaliação exigem que ela ocorra de forma presencial.
- (D) uma vez constatado que Alice é uma pessoa com deficiência oculta, a ela deverá ser entregue um cordão de fita com desenhos de girassóis, que é de uso obrigatório para o exercício das garantias previstas em lei.
- (E) após passar pela avaliação biopsicossocial, confirmando-se que Alice é pessoa com deficiência oculta, mesmo ela sendo adolescente, será considerada como especialmente vulnerável.

82. Considere que Valéria tem 25 anos, é pessoa com deficiência e, há dez anos, foi submetida à curatela, sendo nomeada Denise como sua curadora. No entanto, Valéria não está satisfeita com a situação, pois entende que Denise tolhe seu direito à privacidade, que a situação já se prolonga por muito tempo e que ela está dificultando a emissão de seus novos documentos oficiais, recusando-se a providenciá-los.

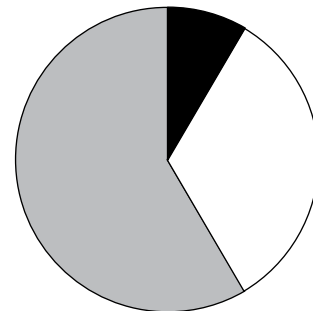
Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) Denise é obrigada a prestar contas de sua administração ao juiz anualmente, sempre até o dia 15 de abril, sob pena de ser destituída liminarmente e processada pela prática de crime previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- (B) As reclamações de Valéria são procedentes apenas em parte, pois a curatela é instituída por tempo indeterminado, mas alcança, por sua própria natureza, o direito à privacidade do curatelado.
- (C) Valéria tem razão nas reclamações, pois a curatela constitui medida extraordinária, deve durar o menor tempo possível e não alcança o direito à privacidade; além disso, a situação de curatela não é exigida para a emissão de documentos oficiais.
- (D) Se Denise estiver prestando anualmente as contas de sua administração ao juiz que a nomeou, apresentando o balanço a cada dois anos, Valéria não poderá tomar nenhuma medida para destituí-la.
- (E) Valéria tem razão ao reclamar da situação, pois a curatela afeta somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, bem como os diretamente relacionados à saúde e à educação.

83. Um capital de R\$ 35.000,00 foi dividido em duas partes, sendo a maior parte investida na aplicação A, com taxa de juros de 7% ao ano, e a menor parte na aplicação B, com taxa de juros de 8% ao ano. Após um ano, o rendimento total dessas duas aplicações foi de R\$ 2.580,00 e, se ao invés de ter sido aplicada a menor parte na aplicação B, tivesse sido optado pela aplicação C, cuja taxa de juros não era pré-fixada, o rendimento total das aplicações teria sido de R\$ 2.801,00. Nesse período de um ano, a taxa de juros efetivamente paga pelos investidores que escolheram a aplicação C foi igual a

- (A) 9,7%
- (B) 10,1%
- (C) 10,3%
- (D) 9,9%
- (E) 9,5%

84. Sobre o gráfico de setores representado a seguir, sabe-se que o setor A tem a medida do ângulo central correspondente à quarta parte da medida do ângulo central do setor B, e que o setor C tem a medida do ângulo central 180° maior do que a medida do ângulo central do setor A.



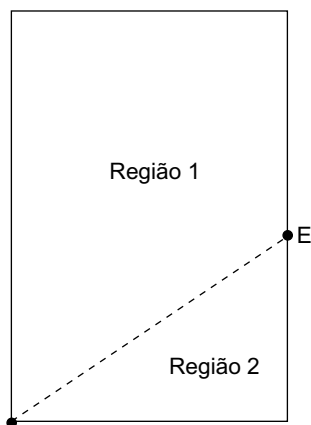
■ Setor A □ Setor B ■ Setor C

Com essas informações, é correto afirmar que, se a soma dos números de elementos que pertencem aos setores B e C for 220, então é certo que o número de elementos que pertencem ao setor C é igual a

- (A) 145.
- (B) 140.
- (C) 130.
- (D) 125.
- (E) 135.

85. Em um concurso público com duas fases, o peso da nota correspondente à avaliação na segunda fase é o dobro do peso da nota correspondente à avaliação na primeira fase. Em cada uma dessas fases, a nota da avaliação pode variar de zero a 100 pontos, e a pontuação final é a média aritmética ponderada das notas dessas fases. Um candidato tirou 45 pontos na avaliação da primeira fase e, se a pontuação final fosse calculada pela média aritmética simples, a média aritmética simples teria sido 3 pontos menor do que a que foi calculada, efetivamente, pela média aritmética ponderada. A nota que esse candidato tirou na avaliação na segunda fase está compreendida entre
- (A) 52,9 e 56,8.
 (B) 64,9 e 68,8.
 (C) 56,9 e 60,8.
 (D) 60,9 e 64,8.
 (E) 68,9 e 72,8.

86. Uma folha retangular será dividida em duas regiões por um segmento que tem uma extremidade coincidindo com um vértice da folha e outra extremidade no ponto E, que está sobre a lateral direita da folha, conforme representado na figura a seguir:



(Figura fora de escala)

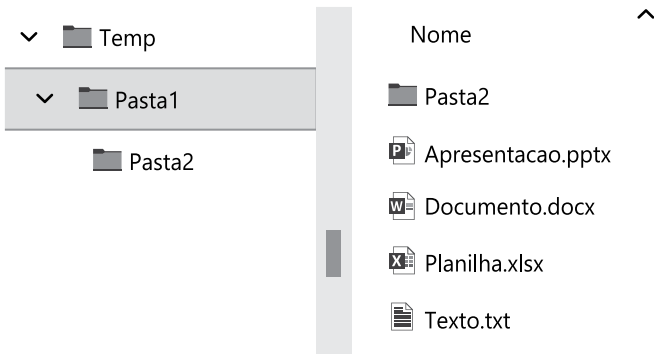
Sabendo que o ponto E divide a lateral da folha em duas partes, de maneira que a razão entre as medidas dessas partes é igual a $\frac{4}{5}$, a razão entre a área da região 2 e a área da região 1 é igual a

- (A) $\frac{1}{3}$
 (B) $\frac{1}{7}$
 (C) $\frac{1}{9}$
 (D) $\frac{2}{9}$
 (E) $\frac{2}{7}$

- 87.** Assinale a alternativa que contém uma afirmação logicamente equivalente à afirmação “Se trabalho ou estudo, então estou feliz e realizado”.
- (A) Não estudo, não trabalho, e não estou feliz e realizado.
 - (B) Estou realizado e feliz ou não estudo e não trabalho.
 - (C) Se estou realizado e feliz, então estudo ou trabalho.
 - (D) Se não estou realizado ou não estou feliz, então não trabalho ou não estudo.
 - (E) Se não estou feliz e não estou realizado, então não trabalho ou não estudo.
- 88.** Uma negação lógica para a afirmação “Existe Fulano que ou trabalha para Cicrano ou trabalha para Beltrano” é:
- (A) Existe Fulano que não trabalha para Cicrano e não trabalha para Beltrano.
 - (B) Todo Fulano ou não trabalha para Cicrano ou não trabalha para Beltrano.
 - (C) Todo Fulano trabalha para Cicrano se, e somente se, trabalha para Beltrano.
 - (D) Existe Fulano que se trabalha para Cicrano, então trabalha para Beltrano.
 - (E) Todo Fulano não trabalha para Cicrano se, e somente se, trabalha para Beltrano.
- 89.** Considere verdadeiras as seguintes hipóteses:
- I. Se Pereira e Santos são oficiais de justiça, então Silva não é oficial de justiça.
 - II. Ou Silva é oficial de justiça ou Oliveira é juiz.
 - III. Oliveira é juiz.
- Com base nas hipóteses verdadeiras apresentadas, conclui-se corretamente que
- (A) Pereira é oficial de justiça.
 - (B) Pereira não é oficial de justiça.
 - (C) Silva é oficial de justiça.
 - (D) Santos é oficial de justiça.
 - (E) Silva não é oficial de justiça.

90. Um grupo de x pessoas trabalha nas empresas A, B ou C, sendo que a nona parte dessas pessoas trabalha nas três empresas. Com relação às pessoas que atuam em apenas duas empresas, 6 trabalham nas empresas A e B, 13 trabalham nas empresas B e C, e 12 pessoas trabalham nas empresas A e C. O número de pessoas que trabalham apenas na empresa A corresponde à sexta parte do número x ; cinco vinte e quatro avos das pessoas do grupo trabalham apenas na empresa B; o número de pessoas que trabalham apenas na empresa C é igual à metade do número de pessoas que trabalham apenas na empresa A. Com as informações apresentadas, é correto afirmar que o número de pessoas, desse grupo, que trabalha na empresa C é igual a
- (A) 43.
 - (B) 42.
 - (C) 38.
 - (D) 39.
 - (E) 53.
91. Considere verdadeira a afirmação “Se A é município do estado B, então C é município do estado D” e falsa a afirmação “A é município do estado B, e C é município do estado D”. Nessas condições, é necessariamente verdade que
- (A) A não é município do estado B.
 - (B) C não é município do estado D.
 - (C) C é município do estado D.
 - (D) A é município do estado D.
 - (E) A é município do estado B.
92. Na sequência 2, 12, 30, 56, 90, 132..., o número 2 é o primeiro elemento. Mantendo-se a regularidade, o nonagésimo nono elemento dessa sequência é o número
- (A) 39006.
 - (B) 38904.
 - (C) 38804.
 - (D) 39108.
 - (E) 38700.

93. Tem-se a seguinte estrutura de pastas, apresentada pelo Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, onde as pastas Temp e Pasta2 não contêm nenhum arquivo, e a pasta Pasta1 contém os arquivos apresentados a seguir.



Assinale a alternativa com o resultado da estrutura de pastas quando o usuário seleciona todo o conteúdo da pasta Pasta1, a partir da seção da janela do Explorador de Arquivos que apresenta o conteúdo da Pasta1, e move para a pasta Temp.

- (A) Temp
 - Pasta2
- (B) Temp
 - Pasta1
 - Pasta2
- (C) Temp
 - Pasta1
- (D) Temp
- (E) Temp
 - Pasta1
 - Pasta2

94. Um usuário abriu um arquivo com extensão CSV (separado por vírgulas) no Microsoft Excel 365, em sua configuração padrão, conforme seu formato apresentado a seguir, que contém apenas uma planilha, a Planilha1.

	A	B	C	D
1	ID	UF	Sucesso	Created Date
2	a1jTn000000RNVB	SP	0	02/07/2024
3	a1jTn000000SvOM	RJ	0	10/07/2024
4	a1jTn000000S8fN	SP	1	05/07/2024
5	a1jTn000000S8lx	TO	1	05/07/2024
6	a1jTn000000SM2P	PR	0	08/07/2024
7	a1jTn000000SM5d	PR	1	08/07/2024
8	a1jTn000000SMNN	BA	0	08/07/2024
9	a1jTn000000SrkZ	BA	0	10/07/2024
10	a1jTn000000Ssru	SP	1	10/07/2024

Em seguida, esse usuário criou uma tabela dinâmica a partir dos dados da imagem acima, em uma nova planilha, chamada Planilha2, dentro do mesmo arquivo CSV aberto previamente. Finalmente, o usuário ativou a Planilha1 e gravou o arquivo, mantendo seu formato com extensão CSV e o fechou.

Assinale a alternativa que descreve de forma correta o que ocorre quando o usuário abre novamente esse mesmo arquivo CSV.

- (A) A planilha Planilha2 com a tabela dinâmica existe, mas a planilha Planilha1 com os dados originais não existe mais.
- (B) A planilha Planilha2 com a tabela dinâmica não existe. Existe apenas a planilha Planilha1 com os dados originais, que podem ser alterados.
- (C) Ambas as planilhas, Planilha1 e Planilha2, existem respectivamente com os dados originais e com a tabela dinâmica, mas a planilha com os dados originais está bloqueada para alterações.
- (D) A planilha Planilha2 com a tabela dinâmica e, também, a planilha Planilha1 com os dados originais não existem mais.
- (E) Apenas a planilha Planilha1 com os dados originais existe, e a tabela dinâmica foi movida para essa mesma planilha, continuando a existir.

95. Usando o Microsoft Word 365, em sua configuração padrão, um usuário está revisando uma certidão de intimação e precisa garantir que todas as alterações feitas por diferentes colaboradores sejam identificadas para serem aprovadas ou recusadas antes da versão final.

Assinale a alternativa com a ferramenta no Microsoft Word que deve ser usada.

- (A) Executar o comando CTRL+Z para isolar as alterações feitas no documento.
- (B) Ativar a função Proteger, através do ícone Proteger, guia Revisão.
- (C) Ativar a Acessibilidade do documento, através do ícone Verificar Acessibilidade, opção Foco, do menu Acessibilidade, guia Revisão.
- (D) Ativar o Modo de Leitura para revisar o documento sem fazer alterações.
- (E) Utilizar o Controle de Alterações, através do ícone Controlar Alterações, opção Para Todas as Pessoas, a partir da guia Revisão, para registrar todas as modificações feitas no documento e poder, posteriormente, aprová-las ou rejeitá-las.

96. A respeito do Microsoft Teams, em sua configuração padrão, um canal _____ serve para colaborar com pessoas dentro e fora de uma equipe ou organização. Canais privados são para discussões que não devem ser abertas a todos os membros da equipe, portanto, um usuário deve ser convidado a ingressar em um para vê-lo dentro de uma equipe. Um canal padrão _____ ser convertido em um canal privado. Um canal privado _____ ser convertido em um canal padrão.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) padrão ... não pode ... não pode
- (B) padrão ... pode ... não pode
- (C) compartilhado ... não pode ... não pode
- (D) compartilhado ... pode ... pode
- (E) aberto ... não pode ... pode

97. Um oficial de justiça recebeu em seu computador uma notificação dizendo “[Nome da pasta] foi removido do seu OneDrive”, onde [Nome da pasta] contém o nome de uma pasta. Isso significa que uma pasta compartilhada por um funcionário administrativo com o oficial de justiça foi excluída.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) O oficial de justiça não pode recuperar uma pasta compartilhada com ele. A recuperação pode ser feita pelo funcionário administrativo que compartilhou a pasta.
- (B) A pasta poderá ser recuperada pelo oficial de justiça na Lixeira do OneDrive, a qualquer momento.
- (C) Pastas apagadas do OneDrive não podem ser recuperadas. Apenas é permitido recuperar arquivos.
- (D) A pasta poderá ser recuperada pelo oficial de justiça na Lixeira do Windows do computador desse mesmo usuário por, no máximo, 30 dias.
- (E) A pasta poderá ser recuperada diretamente pelo oficial de justiça, clicando no *link* original de compartilhamento, mesmo que tenha sido excluída pelo funcionário administrativo.

98. Um oficial de justiça precisa calcular a quantidade de dias úteis entre duas datas, para fins de prazos legais. Para isso, criou a seguinte planilha no Microsoft Excel 365, em sua configuração padrão, onde a célula A1 contém a função =DIA.DA.SEMANA(B1), a célula A2 contém a função =DIA.DA.SEMANA(B2), e assim, sucessivamente, até a linha 7.

	A	B
1	2	21/out
2	3	22/out
3	4	23/out
4	5	24/out
5	6	25/out
6	7	26/out
7	1	27/out
8		
9		

Ao inserir a função =DIATRABALHOTOTAL(B1;B7;B5:B6) na célula A9, o resultado será:

- (A) 2.
- (B) 6.
- (C) 5.
- (D) 4.
- (E) 3.

99. Tem-se a seguinte mensagem de correio eletrônico, enviada e recebida com sucesso, em que todos os usuários utilizam o Microsoft Outlook 365, em sua configuração original.

De: Karina

Para: Paulo, Dante

Cc: Julio

Cco: Roberto

Anexo: Documento.txt

Considerando que Roberto sabe que a mensagem foi enviada para Paulo, Dante e Julio, e que Paulo, Dante e Julio não sabem que Roberto recebeu a mensagem, assinale a alternativa que indica quais usuários receberam o anexo enviado por Karina.

- (A) Paulo, Dante e Julio, apenas.
- (B) Paulo e Dante, apenas.
- (C) Roberto, apenas.
- (D) Nenhum dos usuários.
- (E) Paulo, Dante, Julio e Roberto.

100. Um oficial de justiça acessou com sucesso a URL http://www.exemplo.com.br?produto=1234&utm_source=google e deseja compartilhar com um colega, mas deseja remover características de rastreamento.

Assinale a alternativa com a versão da URL que deve ser compartilhada, de forma a abrir a mesma página que o oficial de justiça havia acessado, mas sem informações de rastreamento, considerando que o banco de dados do *site* exemplo.com.br não foi alterado e está acessível.

- (A) <http://exemplo.com.br?produto=1234>
- (B) http://exemplo.com.br?utm_source=google
- (C) <http://exemplo.com.br>
- (D) <http://exemplo.com.br?>
- (E) http://exemplo.com.br?produto=1234&utm_source=google

